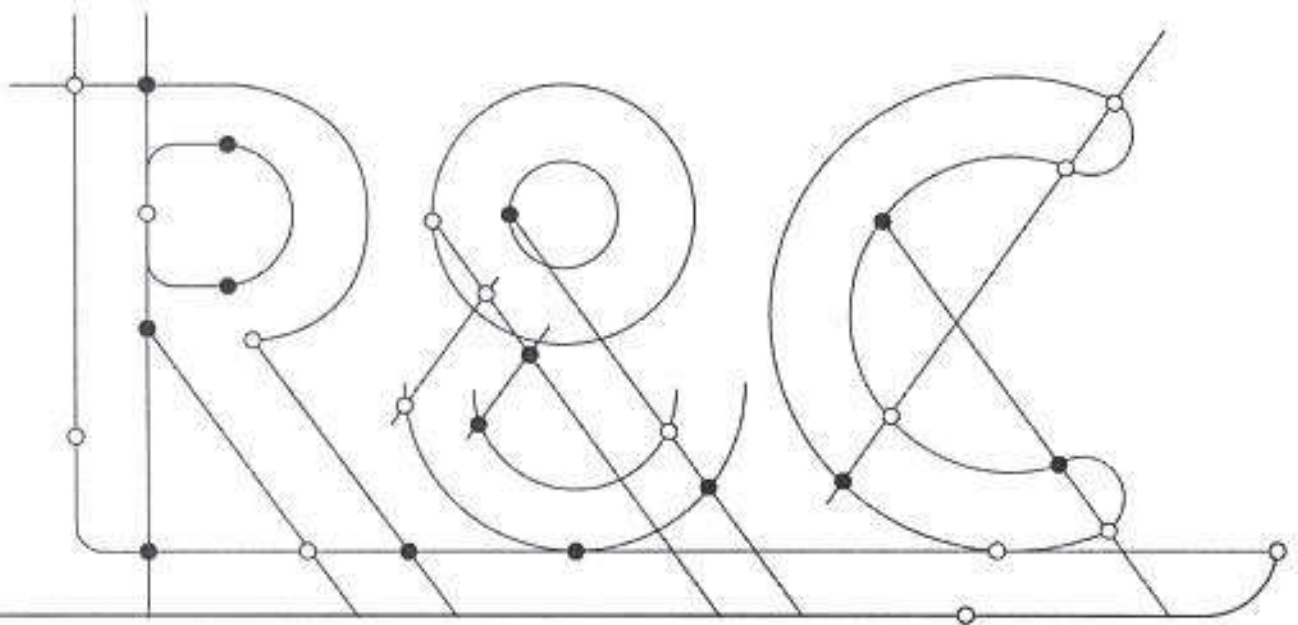


Relatório e Contas

2013



Índice

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	6
1. INTRODUÇÃO	6
2. GOVERNO DA SOCIEDADE	7
3. CLIENTES E SERVIÇOS	12
4. REDE PAYSHOP	12
5. MARKETING E COMUNICAÇÃO	13
6. DESENVOLVIMENTO E SUPORTE	14
7. RECURSOS HUMANOS	15
8. RESULTADOS, INVESTIMENTO e FINANCIAMENTO	16
9. PERSPETIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	17
10. APLICAÇÃO DE RESULTADOS	17
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	24
1. NOTA INTRODUTÓRIA	24
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	25
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	26
3.1. Ativos fixos tangíveis	26

3.2. Concentração de atividades empresariais e goodwill	27
3.3. Ativos intangíveis	28
3.4. Participações financeiras	28
3.5. Transações e saldos em moeda estrangeira	29
3.6. Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis, exceto goodwill	29
3.7. Instrumentos financeiros	30
3.8. Resultados por ação	32
3.9. Distribuição de dividendos	32
3.10. Provisões e passivos contingentes	32
3.11. Locações	33
3.12. Rêdito	33
3.13. Imposto sobre o rendimento ("IRC")	34
3.14. Regime do acréscimo	35
3.15. Julgamentos e estimativas	35
3.16. Matérias ambientais	36
3.17. Acontecimentos subsequentes	36
4. FLUXOS DE CAIXA	37
5. PARTES RELACIONADAS	37
6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	41
7. GOODWILL	43
8. ATIVOS INTANGÍVEIS	43
9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	44
10. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	45
11. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER	47
12. DIFERIMENTOS	49
13. PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	50
14. CAPITAL E PRÉMIOS DE EMISSÃO	51
15. RESERVAS E OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO	51

16. DIVIDENDOS	52
17. RESULTADOS POR AÇÃO	52
18. PROVISÕES, GARANTIAS PRESTADAS, PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS	53
19. LOCAÇÕES OPERACIONAIS	54
20. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR	55
21. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	56
22. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	56
23. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	57
24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	57
25. GASTOS COM PESSOAL	58
26. DEPRECIACÕES/ AMORTIZAÇÕES E IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS	59
27. OUTROS GASTOS E PERDAS	59
28. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	59
29. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO	60
30. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	60
31. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS	62
32. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	62

PayShop (Portugal), S.A.

Relatório e Contas

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

Sede: Av. D. João II, Lote 01.12.03

1999-001 LISBOA

NIPC / Registo C.R.C: 505 231 212

Capital Social: 1.500.000 Euros

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

No exercício de 2013, a PayShop (Portugal), S.A. não foi alheia aos efeitos da atual conjuntura económica adversa, registando uma quebra de 6% no volume de pagamentos processados, de 54.7 para 51.4 milhões.

Contudo, a PayShop registou crescimento tanto nos rendimentos totais e operacionais como nos indicadores de rentabilidade, justificado pelo aumento acentuado dos preços internos cobrados aos CTT pelos serviços de pagamento de portagens e de faturas cobradas na rede PayShop através de contrato dos Serviços Financeiros. Assim, os rendimentos operacionais cresceram 9% para 16 milhões de euros e o resultado líquido subiu de 5.3 para 5.7 milhões de euros, um crescimento de 11%.

Em 2013, o serviço de carregamento de telemóveis cai de forma acentuada: menos 10% em quantidade do que em 2012, evolução que se explica por medidas de redução de custos das operadoras e pela queda do rendimento disponível dos consumidores com a consequente baixa dos gastos em telemóvel.

Embora com quebras menos acentuadas, também os serviços de faturas e bilhética apresentaram decréscimos em quantidade face ao ano anterior de -4,5% e -0,8%, respetivamente. Já o serviço de internet related cresceu 23% e o serviço de portagens manteve-se face a 2012.

Não obstante, o serviço de pagamentos da PayShop (Portugal), S.A. continua posicionado como o segundo meio mais utilizado pelos portugueses para pagarem as suas contas de casa. A simplicidade, conveniência e proximidade justificam esta posição.

O contexto macroeconómico adverso em que a atividade da empresa se desenvolve sentiu-se ainda ao nível do desenvolvimento da rede de agentes. Contudo, em 2013 e embora descendo face a 2012, o número de pontos com serviço PayShop manteve-se próximo do objetivo definido de 4.000. A rede fechou o ano com 3.886, menos 80 pontos do que no ano anterior. A angariação de novos estabelecimentos com qualidade, que foi sempre uma preocupação da empresa, tem-se revelado progressivamente mais difícil, persistindo os sinais de esgotamento do potencial de crescimento da rede. É, aliás, de perspetivar uma redução da dimensão da rede em 2014.

Não fechamos esta introdução sem manifestar os nossos agradecimentos a todos os nossos stakeholders, em particular aos nossos clientes, aos colaboradores e, especialmente, aos nossos lojistas que têm sido um parceiro importante no sucesso deste meio de pagamento em Portugal.

A PayShop está integrada no Grupo CTT, capitalizando na força e oferta do grupo para melhor servir os seus lojistas.

De seguida passaremos a analisar as diversas linhas da atividade da empresa, procurando fornecer a todos os utentes da informação contida neste relatório elementos claros para o conhecimento da atividade desenvolvida no exercício de 2013.

2. GOVERNO DA SOCIEDADE

1. Modelo de Governo e Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Dr. Miguel Pupo Correia

Secretário: Dr. Apollonia Jorge Hung das Dores Miguéis Picado

Conselho de Administração

Presidente: Dr. André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa

Vogal: Dra. Helena Maria Gameiro Carreira Rodrigues

Vogal: Dra. Sílvia Maria Correia

Fiscal Único

ROC Efectivo: Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias, em representação da BDO & Associados – SROC, Lda.

ROC Suplente: Dr. Emanuel Mota Gonçalves Pereira

O Conselho de Administração é composto por três elementos, o Presidente e dois Vogais. Não existem comissões especializadas, porque a dimensão e complexidade da empresa não o justificam. Os mandatos são por três anos e o atual vigora de 2013 ao final de 2015. Todos os membros do Conselho de Administração são executivos.

O modelo adotado garante a efetiva segregação de funções de administração e de fiscalização.

Handwritten initials/signature

Identidade, elementos curriculares e funções de cada membro do Conselho de Administração

André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa

Presidente (data de nomeação: 6 de Maio de 2013)

Administrador / CFO dos CTT – Correios de Portugal, S.A.

Licenciado em Economia com especialização em Economia da Empresa pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, tendo diversos cursos relacionados com Banca de Investimentos, Estratégia, Liderança e Gestão de Equipas.

Iniciou a sua carreira profissional em 1996 na área de Fusões e Aquisições e Financiamentos Estruturados (Corporate Finance) no Banco Santander de Negócios Portugal tendo participado nas aquisições da Cimpor (Serrana e Cisafrá) e Sonae (Cândia) no Brasil, assim como liderou a aquisição da Finca Flichman pela Sogrape na Argentina. Foi também responsável pela montagem do Management Buy Out realizado na Mailtec.

A partir de 2000 integra o Banco Santander Totta onde desempenhou os cargos de Diretor Comercial de Corporate Banking, responsável pelos maiores clientes corporativos. Passou mais tarde Diretor Executivo de Corporate Banking Portugal, sendo responsável pela implementação em Portugal do Modelo de Relação Global do Banco Santander. Neste período, apoiou alguns dos principais clientes do Banco em transações relevantes como foi o caso da aquisição do restante capital da Modelo Continente pela Sonae à Carrefour ou a compra de uma participação de 33,34% na Galp Energia por parte do Grupo Américo Amorim.

Desde 2007 e até ingressar nos CTT, era o Diretor Coordenador de Dívida Estruturada, Mercados de Dívida e Financiamento de Ativos do Santander em Portugal. Nesta função, coordenou a participação do Banco Santander como Mandated Lead Arranger no financiamento em project finance de alguns dos principais projetos realizados em Portugal (Parque Solar de Moura, ENEOP, Generg, etc.), assim como Bookrunner nas emissões de Eurobonds da REN, EDP, PT, entre vários.

De 1998 até 2002 foi professor assistente convidado de Estratégia Competitiva na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

Helena Maria Gameiro Carreira Rodrigues

Administradora (data de nomeação: 6 de Maio de 2013)

Licenciada em Economia pela Universidade Católica Portuguesa em 1988, detém também o MBA - Finanças pela mesma Universidade, concluído em 1996, e o 32º PADE - Programa de Alta Direção de Empresas, pela AESE, em 2007.

Iniciou carreira profissional na Arthur Andersen (atual Deloitte), onde esteve de 1988 a 1991. Trabalhou durante 5 anos em análise financeira e gestão de clientes em empresas do sector financeiro, como a Lusoleasing (atualmente, grupo Millenniumbcp) e Deutsche Bank SFAC. Em 1997, integrou o Grupo Luís Simões como Diretora de Controle Financeiro da holding LS Luís Simões SGPS, de onde saiu para constituir, em Fevereiro de 2001, a equipa fundadora da PayShop (Portugal), S.A., onde é administradora desde 2002 e CEO desde 2006.

Silvia Maria Correia

Administradora (data de nomeação: 6 de Maio de 2013)

Licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) em 1995, tendo posteriormente concluído dois programas de formação de executivos, designadamente o Programa Avançado em Marketing pela Universidade Católica em 2000 e o Curso Geral em Gestão, em 2012, pela Universidade Nova de Lisboa.

Iniciou a sua carreira profissional em 1996 como Técnica Superior no Observatório do Emprego e Formação Profissional, do Ministério da Qualificação e Emprego, integrando ainda no mesmo ano os CTT Correios de Portugal, para desempenhar funções de gestão de produto na área financeira do Grupo. Tem assumido desde esse momento e para o referido sector de atividade, funções de crescente responsabilidade, nas quais se destacam o cargo de direção comercial desempenhado entre 2004 e 2007 e a posição de Key Account Manager de 2006 a 2012. Na atualidade, ocupa funções de direção nos serviços financeiros do Grupo CTT, posição que acumula com o cargo de vogal do Conselho de Administração da PayShop (Portugal), desde Novembro de 2012.

Funções dos membros do Conselho de Administração em outras empresas:

André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa: Administrador - CFO dos CTT - Correios de Portugal, S.A.;

Helena Maria Gameiro Carreira Rodrigues: Não exerce cargos em outras empresas.

Silvia Maria Correia: Diretora dos Serviços Financeiros dos CTT - Correios de Portugal, S.A.

2. Remunerações dos membros dos Órgãos Sociais

No quadro seguinte detalham-se as remunerações do Conselho de Administração em 2012.

André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa (P): não remunerado. Exerce o cargo por inerência.

Helena Maria Gameiro Carreira Rodrigues (V1):

Silvia Maria Correia (V2): não remunerado

H. 11 S

	P	V1		V2
		Jan a Nov	Dez	
1. Remuneração				
1.1. Remuneração base Anual/Fixa (€)		78.650	7.150	
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€)		-4.669	0	
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€)		-8.740	0	
1.4. Remuneração Anual Efectiva (1.1.- 1.2.-1.3.) (€)		65.241	7.150	
1.5. Senha de presença (€)				
1.6. Acumulação de funções de gestão (€)				
1.7. Remuneração variável (€)				
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho) (€)				
1.9. Outras (identificar detalhadamente) (€)				
2. Outras regalias e compensações				
2.1. Plafond Anual em comunicações móveis (€)		880	80	
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€)		462,2	40,0	
2.3. Subsídio de deslocação (€)				
2.4. Subsídio de refeição (€)		1.964	180	
2.5. Outras (identificar detalhadamente) (€)				
3. Encargos com benefícios sociais				
3.1. Regime de Protecção Social (€)		18.920	1.812	
3.2. Seguros de saúde (€)			355	
3.3. Seguros de vida (€)			224	
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€)				
3.5. Outros (identificar detalhadamente) (€)				
4. Parque Automóvel				
4.1. Marca		BMW	BMW	
4.2. Modelo		318d	318d	
4.3. Matrícula		48-HU-00	48-HU-00	
4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)		AOV	AOV	
4.5. Valor de referência da viatura nova (€)		45.078	45.078	
4.6. Ano Início		2009	2009	
4.7. Ano Termo		2014	2014	
4.8. Nº Prestações (se aplicável)		60	60	
4.9. Valor Residual (€)		N/A	N/A	
4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€)		5.663,5	514,9	
4.11. Combustível gasto com a viatura (€)		1.555	134	
4.12. Plafond anual Combustível atribuído (€)		1.800		
4.13. Outros (seguro) (€)			501,8	
5. Informações Adicionais				
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)				
5.2. Remuneração Iliquida Anual pelo lugar de origem (€)				
5.3. Regime de Protecção social				
5.3.1. Segurança social (s/n)				
5.3.2. Outro (indicar)				
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)				
5.5. Outras (identificar detalhadamente)				

Fiscal Único	2012	2013
Remuneração Auferida (€)	9.900	9.900

3. CLIENTES E SERVIÇOS

No ano 2013 a PayShop disponibilizou aos seus utilizadores o pagamento de faturas da EDP Comercial (mercado liberalizado). Este cliente complementa a tradicional oferta de faturas da EDP Serviço Universal e da EDP Gás.

A bilhética de transportes públicos também esteve em particular evidência no Porto. Foi realizada a migração do serviço de bilhética do Porto para modo on-line. Esta nova arquitetura traz vantagens para o cliente e para os utilizadores, já que a data de processamento das transações é igual à data de realização das mesmas, não são efetuados carregamentos com tarifário desatualizado e é possível anular qualquer carregamento realizado no próprio dia.

Foi também alargado o serviço de bilhética do Porto à CP. Prevê-se que o serviço seja disponibilizado durante o mês de Janeiro de 2014.

Ainda no serviço de bilhética de transportes públicos, a PayShop passou a oferecer a totalidade dos títulos eletrónicos comercializados pela Carris.

Como já referido, o ano de 2013, à semelhança dos três anteriores, ficou marcado por uma conjuntura económica muito adversa.

Apesar de todos os esforços para aumentar significativamente a sua base de clientes, o ano 2013 foi de decréscimo, em número de transações (-6%), quando comparado com período homólogo anterior.

Esta redução no número de operações, efetuadas através da nossa rede, deveu-se sobretudo à performance menos positiva do mercado de carregamentos de telemóvel, que aliás ocorre desde 2010.

Durante o ano de 2013, a PayShop angariou, direta ou indiretamente (através do Grupo CTT, no qual está inserida), 28 novos clientes, fechando o ano com 569 entidades que utilizam a rede de pagamentos PayShop.

4. REDE PAYSHOP

A atividade da rede em 2013 teve como objetivo manter a dimensão da rede por volta dos 4.000, apostando na melhoria qualitativa de forma a aumentar a performance por ponto e substituição dos lojistas descomissionados.

Contudo, manteve-se o contexto macroeconómico desfavorável, cujos efeitos se sentiram fundamentalmente ao nível do encerramento de muitos estabelecimentos, o que fez com que os níveis de descomissionamento fossem elevados (309). Assim, o ano terminou com 3.886 lojistas na rede PayShop, menos que os descomissionados.

A angariação de novos estabelecimentos com qualidade, que foi sempre uma preocupação da empresa, tem-se revelado progressivamente mais difícil; em 2013 foram instalados 299 novos pontos PayShop.

Tradicionalmente, o serviço PayShop encontra-se disponível em lojas de elevada conveniência para os consumidores, tanto pela localização dos mesmos (lugares de passagem e frequência quotidiana) como pelos horários de abertura alargados, constituindo-se como uma mais valia para as pessoas que pretendem pagar as suas contas.

Graficamente podemos ver a tipologia dos estabelecimentos de retalho que constituem a rede PayShop, sendo que nesta segmentação se destaca a predominância das papelarias/tabacarias, cafés, tabacarias, supermercados e quiosques.

No seguimento do que aconteceu nos anos anteriores, continuamos a apostar em estratégias de fidelização e visibilidade da rede, através de visitas regulares pela equipa de gestores de rede, da renovação regular e da colocação de novos materiais de ponto de venda de maior impacto, de forma ser a ser ainda mais fácil ao consumidor identificar os pontos PayShop.

5. MARKETING E COMUNICAÇÃO

No ano 2013, o enfoque de Marketing foi na realização de ações dirigidas aos agentes PayShop, embora tenham sido feitas pontualmente inserções de publicidade dirigida a utilizadores e não utilizadores.

Relativamente à rede de agentes, mantiveram-se as formas de comunicação periódicas e específicas para agentes, como a PayShop news e Clube p.

Foram feitos vários mailings específicos informativos de novidades em alguns serviços (exemplo: alterações no serviço de Bilhética de Transportes Públicos – para os agentes que têm esse serviço), campanhas ou alterações operacionais.

As campanhas realizadas em 2013, direcionadas à rede de lojistas, com o objetivo de conquistar novos utilizadores:

1. AÇÃO MAIO – LICENÇA PARA GANHAR

A rede é um meio de comunicar próximo dos utilizadores do serviço PayShop, assim, procurámos incentivar a divulgação pelos lojistas através de prémios com valor

2. AÇÃO JULHO – EM JULHO GANHE COM A PAYSHOP
3. AÇÃO OUTUBRO – EDP
4. AÇÃO NOVEMBRO – NOVEMBRO DÁ PRESENTE DE NATAL

Com o objetivo de levar a marca PayShop aos utilizadores e não utilizadores do nosso serviço, foram feitas inserções de um anúncio PayShop no Jornal Metro – Edições Low Cost, 3 vezes ao longo do ano. Assentando na tônica da poupança, o anúncio chegou assim aos cerca de 400,000 leitores deste jornal.

Ao longo do ano foram realizadas várias campanhas pontuais de recolha de donativos, para Instituições de Solidariedade para além daquelas que se mantêm em regime permanente, nomeadamente: Juntos pela Diferença e Recriar Caminhos.

Foi reformulada a bandeira PayShop – símbolo do serviço que constitui a principal peça do material de ponto de venda.

6. DESENVOLVIMENTO E SUPORTE

Em 2013 o desenvolvimento continuou empenhado na implementação de novos serviços e na melhoria das ferramentas de suporte operacional ao negócio.

Foram feitos os desenvolvimentos necessários para a cobrança on-line de faturas. O objetivo é a PayShop servir os utilizadores mesmo quando estes se apresentam no lojista com faturas com a data limite de pagamento ultrapassada.

Ficaram concluídos em junho os desenvolvimentos necessários de modo a disponibilizar a totalidade dos títulos eletrónicos comercializados pela Carris, com o alargamento aos passes L* depois da disponibilização dos passes combinados com a Rodoviária de Lisboa e os Transportes Sul do Tejo em Março.

Por sua vez, foram igualmente realizados os desenvolvimentos que permitem o alargamento do serviço de bilhética do Porto à CP.

No âmbito do processo de certificação da faturação dos CTT, foram realizados os desenvolvimentos necessários à migração dos serviços de portagens para a nova interface CTT.

Na vertente dos processos internos, o desenvolvimento dedicou especial atenção à criação de novos processos de controlo de faturas dos lojistas (aplicação backoffice e relatório no terminal) e ao desenvolvimento de novas funcionalidades da gestão da dívida (reembolsos, revogações e devoluções).

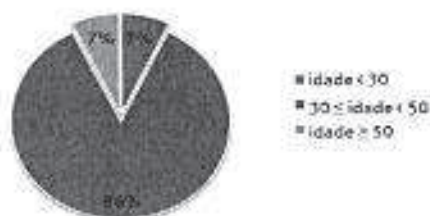
Devido à alteração do sistema bancário para SEPA, o desenvolvimento investiu também consideravelmente na migração de ficheiros de pagamento e cobrança para o novo standard.

7. RECURSOS HUMANOS

No ano de 2013 verificaram-se alterações na composição da equipa, com a saída de 3 colaboradores, dos quais 2 na área do desenvolvimento.

A performance da PayShop baseia-se no trabalho desenvolvido por uma equipa jovem – idade média 37 anos – e dinâmica, constituída por 14 mulheres e 14 homens, focados na melhoria constante da qualidade do trabalho, através de elevados níveis de empenho, iniciativa e dedicação, de modo a alcançar os objetivos estabelecidos pela organização.

Distribuição por faixa etária:



Ao longo do ano 2013 foram criadas condições para o desenvolvimento pessoal através da formação, on the job e externa, como meio para o envolvimento, motivação e satisfação dos colaboradores. Assim, ao longo do ano foram realizadas várias ações de formação que totalizaram 690 horas.

Distribuição da formação Interna vs Externa:



8. RESULTADOS, INVESTIMENTO e FINANCIAMENTO

Em termos de rendimentos operacionais totais e rentabilidade, a PayShop encerrou o exercício económico de 2013 com um crescimento de 8 p.p., para 16,3 milhões de euros, o que se traduziu numa margem EBITDA de 50% e um resultado líquido de 5,7 milhões de euros.

O impacto do aumento dos preços cobrados aos CTT Correios de Portugal na receita foi de 2,3 milhões de euros. O que se traduz num aumento da receita operacional de transações em cerca de 1,3 milhões de euros. Contudo, os custos fixos e semi-fixos foram superiores aos do ano anterior em, apenas, 146 mil euros. Quanto aos custos variáveis, aumentaram em 459 mil euros.

No que respeita aos custos fixos e semi-fixos, registou-se um aumento significativo nos custos do serviço de contabilidade (+ 96 mil €). Os restantes 50 mil € referem-se a custos de correio (+ 20 mil €) e de serviços prestados pelos CTT de Apoio ao Negócio, Compras e Logística e Recursos Humanos (+ 30 mil €).

Em termos dos custos variáveis, o aumento deveu-se essencialmente ao aumento da remuneração paga aos CTT pelos pagamentos processados nas estações e nos postos CTT.

No exercício em análise, a empresa gerou cash-flow operacional de nível elevado, tendo encerrado 31 de Dezembro com significativas disponibilidades e uma sólida situação financeira. À semelhança dos anos anteriores, os resultados revertem na totalidade para o acionista único da empresa, os CTT Correios de Portugal, sob a forma de dividendos distribuídos.

Para os devidos efeitos declara-se que a PayShop não tem dívidas à Segurança Social.

9. PERSPETIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Para 2014 prevê-se que a conjuntura macroeconómica continue desfavorável, permanecendo medidas que reduzem o rendimento disponível dos particulares. Não obstante este enquadramento, o desafio colocado à gestão é que o próximo ano volte a ser de crescimento, como aliás tem sido a regra.

O crescimento assenta em três eixos principais: o aumento do número de utilizadores, a melhoria da qualidade da rede e os novos serviços.

No primeiro eixo, realizaremos ações direcionadas ao consumidor que visem aumentar, à semelhança do que regulamente procuramos fazer, o número de portugueses que usam a PayShop, através de lançamento de iniciativas de marketing. Estas ações são ainda relevantes para contrariar a tendência de decréscimo acentuado do serviço de carregamento de telemóveis - que se mantém o nosso principal serviço.

A nível da rede da PayShop, em 2014, a conjuntura negativa no retalho e no clima económico recomenda que procuremos minimizar os riscos de cobrança e garantir a qualidade de crédito da rede em detrimento do seu crescimento. Salientamos que é possível que em 2013 a rede possa reduzir-se face à dimensão atual, caso se venha a revelar impossível a contratação de novos Lojistas que cumpram os critérios de qualidade e risco exigidos.

Procuraremos lançar novos serviços e conquistar clientes de forma permanente, como eixo de crescimento indispensável à inovação e sustentabilidade económica. Em particular, estaremos atentos às oportunidades de negócio de serviços relacionados com a Administração Pública.

Os elevados níveis de disponibilidade e qualidade de serviço a que habituámos os nossos lojistas, clientes e utilizadores irão continuar a merecer a habitual extrema atenção, convictos como estamos do enorme papel que têm na sustentabilidade económica da empresa e nos reconhecidamente altos níveis de eficiência alcançados.

Esperamos continuar a apresentar níveis de rentabilidade interessantes em 2014, e procuraremos garantir o empenho e estabilidade dos nossos colaboradores para atingir os objetivos traçados pelo acionista.

Para os devidos efeitos declara-se que a PayShop não tem dívidas à Segurança Social.

10. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido obtido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 foi positivo no valor de 5.671.965,51 euros.

Propõe-se a seguinte aplicação de resultados:


Para dividendos: 5.671.965,51 euros

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2014

O Conselho de Administração



André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa



Helena Maria Gameiro Carreira Rodrigues



Sílvia Maria Correia

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

f.

PAYSHOP (PORTUGAL), S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade Monetária: Euro

	NOTAS	2013	2012
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	550.657	570.648
Ativos intangíveis	8	33.334	73.334
Total do ativo não corrente		583.991	643.982
Ativo corrente			
Clientes	11	1.831.990	1.278.105
Estado e outros entes públicos	28	-	-
Acionistas/ sócios e empresas do Grupo	6	-	-
Outras contas a receber	11	92.130	41.003
Diferimentos	12	17.689	5.601
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.362.717	6.726.276
Total do ativo corrente		9.304.526	8.050.986
Total do ativo		9.888.517	8.694.968
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	14	1.500.000	1.500.000
Reservas legais	15	300.000	300.000
Resultados transitados	20	-	-
Outras variações no capital próprio		765	765
Resultado líquido do período		5.671.966	4.916.327
Total do capital próprio		7.472.730	6.717.092
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	18	386.970	393.946
Outras contas a pagar	27	-	-
Total do passivo não corrente		386.970	393.946
Passivo corrente			
Fornecedores	20	417.927	657.559
Estado e outros entes públicos	21	365.307	295.426
Acionistas/ sócios e empresas do Grupo	5	467.661	213.862
Outras contas a pagar	20	777.921	417.084
Diferimentos	16	-	-
Total do passivo corrente		2.028.817	1.583.931
Total do passivo		2.415.787	1.977.876
Total do capital próprio e do passivo		9.888.517	8.694.968

As notas anexas fazem parte integrante dos balanços para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS:

Fátima - Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alvaro Lobo
Henrique Silva

PAYSHOP (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

	Notas	Unidade Monetária: Euro	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	22	16.091.894	14.805.658
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias e associadas		-	(14.451)
Fornecimentos e serviços externos	24	(7.174.289)	(6.623.005)
Gastos com o pessoal	25	(904.802)	(894.427)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11 e 13	25.131	(124.568)
Provisões (aumentos/reduções)	18	-	(173.130)
Outros rendimentos e ganhos	23	344.093	481.956
Outros gastos e perdas	27	(161.478)	(219.025)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>8.220.550</u>	<u>7.239.009</u>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	26	(272.177)	(260.859)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>7.948.373</u>	<u>6.978.150</u>
Juros e gastos similares incorridos	28	(479)	(424)
Resultados antes de impostos		<u>7.947.894</u>	<u>6.977.725</u>
Imposto sobre o rendimento	30	(2.275.929)	(2.061.398)
Resultado líquido do período		<u>5.671.966</u>	<u>4.916.327</u>
Resultado por ação	17	18,91	16,39

As notas anexas fazem parte integrante dos balanços para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



PAYSHOP (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS FIMOS 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade Monetária: Euro

	Notas	2013	2012
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		19.152.283	18.572.100
Pagamentos a fornecedores		(8.690.017)	(8.246.961)
Pagamentos ao pessoal		(864.055)	(834.581)
		9.598.211	9.490.557
Caixa gerada pelas operações			
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(2.020.576)	(2.349.505)
Pagamento de outros impostos		(1.982.623)	(1.898.246)
Doutros recebimentos/pagamentos		(128.086)	(180.267)
		5.466.926	5.062.539
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)			
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Juros e rendimentos similares		133.105	253.518
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(46.785)	(49.397)
		86.320	204.120
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(479)	(174)
Dividendos	16	(4.916.327)	(5.724.866)
		(4.916.806)	(5.725.040)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		636.441	(458.381)
Caixa e seus equivalentes no início do período			
		6.726.276	7.184.657
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
	4	7.362.717	6.726.276

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



PAYSHOP (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade Monetária: Euro

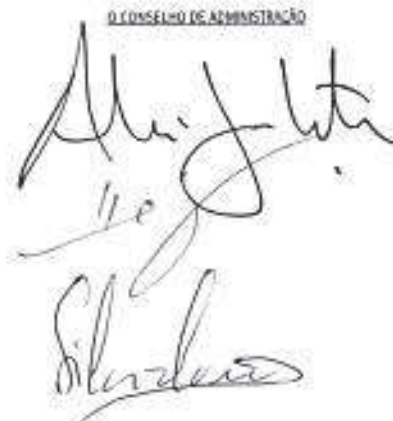
Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2012	1.500.000	300.000	428.906	765	5.295.866	7.525.431
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Realização dos excedentes de reavaliação de AFT e AI	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31/12/2011	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					4.916.327	4.916.327
RESULTADO INTEGRAL					4.916.327	4.916.327
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Distribuição de dividendos			(478.980)	-	(5.795.890)	(5.734.864)
			(478.980)		(5.795.890)	(5.734.864)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	1.500.000	300.000	-	765	4.916.327	6.717.092
Saldo em 1 de Janeiro de 2013	1.500.000	300.000	-	765	4.916.327	6.717.092
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Realização dos excedentes de reavaliação de AFT e AI	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31/12/2012	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					5.671.966	5.671.966
RESULTADO INTEGRAL					5.671.966	5.671.966
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Distribuição de dividendos			-	-	(4.916.327)	(4.916.327)
			-	-	(4.916.327)	(4.916.327)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	1.500.000	300.000	-	765	5.671.966	7.472.730

As notas anexas fazem parte da demonstração das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EMPRESA PAYSHOP (PORTUGAL), S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A PayShop (Portugal), S.A. ("PayShop" ou "Empresa"), com sede na Av. D. João II, lote 01 12 03 em Lisboa, é uma sociedade anónima, tendo sido constituída sob a forma de sociedade por quotas em 29.11.2000 com um capital de 5.000 Euros e tem como atividade principal a gestão de rede de pontos de pagamento e consultadoria técnica na referida área.

Em Abril de 2001 verificou-se um aumento do capital social para 500.000 Euros e a transformação da Empresa em sociedade anónima.

Em Abril de 2002, o capital social foi de novo aumentado para 3.750.000 Euros, tendo-se verificado a entrada de três novos acionistas. Em Março de 2004 ocorreu a venda de 99,38% das ações representativas do capital social da Empresa aos CTT – Correios de Portugal, S. A. – Sociedade Aberta, com sede na Avenida D. João II, Lote 01.12.03, 1999-001 em Lisboa, e durante o mês de Junho ocorreu a venda dos restantes 0,62% à mesma entidade, a qual passou a ser o seu acionista único.

Em Maio de 2007 a Empresa procedeu a uma redução do capital social de 3.750.000 Euros para 1.500.000 Euros, ficando o mesmo representado por 300.000 ações com o valor nominal unitário de 5 Euros.

Nos termos do art.º 7º do Decreto-Lei nº 158/2009, a Empresa está dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas dado que os CTT – Correios de Portugal, S.A., elaboram contas consolidadas e são titulares da totalidade das partes de capital da Empresa.

Em conformidade, as presentes demonstrações financeiras da Empresa são as suas demonstrações financeiras individuais.

fz.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as retificações da Declaração de Rectificação nº67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010, de 23 de Agosto;
- Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso nº 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Aviso nº 15654/2009, de 7 de Setembro (Normas Interpretativas);
- Portaria nº 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas).

Em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") que integram o SNC. As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no art.º 1º da Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.

O normativo SNC foi utilizado na elaboração das demonstrações financeiras pela primeira vez em 2010, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes. Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de Janeiro de 2009 e findo em 31 de dezembro de 2009 de forma a apresentar as demonstrações financeiras reexpressas para efeitos comparativos.

Conforme previsto no Anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, a Empresa aplica supletivamente as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho e as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") e as respetivas interpretações ("SIC/IFRIC") do IASB, de forma a colmatar lacunas ou omissões relativas a aspetos de algumas transações ou situações particulares não previstas no SNC.

Nos períodos de 2013 e de 2012 a que respeitam as presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que pudessem ter produzido efeitos materialmente relevantes pondo em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação divulgada.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Empresa na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis (Nota 6) são inicialmente registados ao custo de aquisição ou de produção. O custo de aquisição inclui: (i) o preço de compra do ativo, (ii) as despesas diretamente imputáveis à compra, e (iii) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e restauração do local. Após o reconhecimento inicial os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações dos ativos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, são calculadas de acordo com o método da linha recta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos ativos, a qual é determinada em função da utilidade esperada. As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas para as diversas classes de ativos:

	<u>Anos de vida útil</u>
Equipamento básico	4 – 10
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos fixos tangíveis	5 – 10

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Em cada data de relato, a Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que existam tais indícios, os ativos fixos tangíveis são sujeitos a testes de imparidade, sendo o excesso da quantia escriturada face à quantia recuperável, caso exista, reconhecido em resultados. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo menos os custos de o vender e o seu valor de uso.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados nos fins pretendidos.

R.

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As grandes reparações que originem acréscimo de benefícios ou de vida útil esperada são registadas como ativos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil esperada. A componente substituída é identificada e abatida.

As mais ou menos valias decorrentes da alienação de ativos fixos tangíveis, determinadas pela diferença entre o valor de venda e a respetiva quantia registada na data da alienação, são contabilizadas em resultados na rubrica "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.2. Concentração de atividades empresariais e goodwill

A aquisição de empresas subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas é contabilizada pela aplicação do método da compra. Na data em que a aquisição ocorre, esta é registada pelo seu custo, sendo este constituído pelo agregado (i) dos justos valores, à data da aquisição, dos ativos e passivos identificáveis da adquirida, e (ii) de quaisquer custos diretamente atribuíveis à concentração em causa.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida constitui o goodwill (Nota 7), em conformidade com o estabelecido na NCRF 14 – Concentração de Atividades Empresariais. Decorrente da exceção prevista no NCRF 3 – Adoção pela Primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, a Empresa aplicou as disposições da NCRF 14 apenas às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de Janeiro de 2009. Os valores de goodwill correspondentes a aquisições anteriores a 1 de Janeiro de 2009 foram mantidos, pelas quantias líquidas apresentadas nessa data, sendo sujeitos anualmente a testes de imparidade desde aquela data.

O goodwill não é amortizado. O seu valor recuperável é avaliado anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio. As perdas por imparidade não são revertíveis.

Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos e passivos adquiridos, a diferença apurada é registada como ganho financeiro na Demonstração dos resultados por naturezas do período em que ocorre a aquisição.

Na alienação de uma empresa subsidiária, controlada conjuntamente ou associada, o correspondente goodwill é incluído na determinação da mais ou menos valia.

Handwritten signature in the bottom left corner.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (Nota 8) são inicialmente registados ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente licenças e outros direitos de uso.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método da linha recta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil estimada, que se situa num período que varia entre 3 e 5 anos. Exceção para os ativos respeitantes a propriedade industrial, que são amortizados durante o período de tempo em que tem lugar a sua utilização exclusiva e, para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, que não são objecto de amortização, sendo antes sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que possam estar em imparidade.

As mais ou menos valias resultantes da alienação dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação, sendo registadas na Demonstração dos resultados por naturezas como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.4. Participações financeiras

As participações financeiras nas quais a Empresa tem controlo, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto (empresas subsidiárias), nas que exerce influência significativa, geralmente onde a participação se situa entre os 20% e os 50% dos direitos de voto (empresas associadas) ou nas que controla conjuntamente com outras entidades, são registadas no balanço em "Participações financeiras – método da equivalência patrimonial", pelo método da equivalência patrimonial (Nota 9).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas subsidiárias, conjuntamente controladas ou associadas por contrapartida de "Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos", e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida de "Ajustamentos em ativos financeiros". Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Anualmente ou quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é realizada uma avaliação e as perdas por imparidade que se demonstre existir, são registadas como gastos na Demonstração dos resultados por naturezas.

Os resultados das participadas adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração de resultados por naturezas desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

Quando as perdas em empresas subsidiárias ou associados excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a Empresa incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da subsidiária ou associada, caso em que é registada uma Provisão (Nota 18).

3.5. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira para os quais não há acordo de fixação de câmbio são convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas" na Demonstração de resultados por naturezas do período (Notas 23, 27 e 29).

As diferenças de câmbio positivas relativas a atividades de investimento são relevadas na demonstração dos resultados por naturezas como "Outros rendimentos e ganhos" e as negativas como "Outros gastos e perdas" (Nota 29).

As taxas de câmbio utilizadas na conversão das demonstrações financeiras e dos saldos em moeda estrangeira foram as seguintes (X de moeda estrangeira por 1 Euro):

	2013		2012	
	Fecho	Médio	Fecho	Médio
Metical de Moçambique (MZM)	41,24	39,67	39,24	-
Dólar dos USA (USD)	1,3791	1,3282	1,3194	1,2048

3.6. Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis, exceto goodwill

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorre algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso da existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. O justo valor é o valor que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que se refere, na rubrica de "Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/reversões)".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica "Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/reversões)". Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em anos anteriores, e é reconhecida como um rendimento na demonstração de resultados.

3.7. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se toma parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos financeiros da Empresa são basicamente os Clientes e outras contas a receber e, Caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os Financiamentos obtidos e os Fornecedores e outras contas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo ou ao custo amortizado subtraído da perda por imparidade, sendo o custo amortizado determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Por instrumento de capital próprio entende-se um qualquer contrato que evidencie um interesse nos ativos da Empresa após a subtração de todos os passivos. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as ações da empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

Cientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa no decurso normal da sua atividade (Nota 11). Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

As contas a receber classificadas como ativo não corrente são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo da correspondente perda em resultados.

O seu desreconhecimento só ocorre quando expiram os direitos contratuais.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existam limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e seus equivalentes" é deduzida dos descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de "Financiamentos obtidos" (Nota 4).

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outros credores (Nota 20) são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa no decurso normal das suas atividades. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As contas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

11/07

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio (Nota 14) só é reconhecido quando é emitido e subscrito. Se um instrumento de capital próprio for emitido, subscrito e se os recursos não forem proporcionados, a quantia a receber é relevada como dedução ao capital próprio.

Caso a empresa adquira ou readquira os seus próprios instrumentos de capital próprio, estes instrumentos são reconhecidos como dedução ao capital próprio.

Os custos com a emissão de novas ações são reconhecidos diretamente em capital como dedução ao valor do encaixe.

Os custos com uma emissão de capital próprio que não se concluiu são reconhecidos como gasto.

3.8. Resultados por ação

Os resultados por ação (Nota 17) são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

3.9. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos, quando aprovados em Assembleia Geral da Empresa e enquanto não pagos ao acionista, é reconhecida como um passivo.

3.10. Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões (Nota 18) quando, cumulativamente: (i) a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando as perdas em empresas subsidiárias ou associadas excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a Empresa incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da subsidiária ou associada, caso em que é registada uma Provisão para participações financeiras.

P.

São constituídas provisões para reestruturação sempre que um plano formal detalhado de reestruturação tenha sido aprovado pela Empresa e este tenha sido iniciado ou divulgado publicamente.

São constituídas provisões para os custos de desmantelamento, remoção do ativo e restauração do local de certos ativos, quando esses ativos começam a ser utilizados e seja possível estimar a respetiva obrigação com fiabilidade, ou quando existe o compromisso contratual de reposição de espaços alugados por terceiros.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivo contingente. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos.

3.11. Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é efetuada em função da substância e não da forma do contrato. As locações são classificadas como financeiras sempre que nos seus termos ocorra a transferência substancial, para o locatário, de todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem. As restantes locações são classificadas como operacionais (Nota 19).

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são registados no balanço no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. A taxa de desconto a utilizar deverá ser a taxa implícita na locação. Caso esta não seja conhecida deverá ser utilizada a taxa de financiamento da Empresa para aquele tipo de investimentos. A política de depreciação destes ativos segue as regras aplicáveis aos ativos tangíveis propriedade da Empresa. Os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

Nas locações operacionais as rendas devidas são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados por naturezas, durante o período da locação (Nota 24).

3.12. Rédito

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes

contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado (Nota 22).

O reconhecimento de um rédito exige que (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa, (ii) o montante do rédito possa ser fiavelmente mensurado, (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transação também possam ser mensurados com fiabilidade.

3.13. Imposto sobre o rendimento ("IRC")

A Empresa encontra-se abrangida pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades que engloba todas as empresas em que os CTT participam, direta ou indiretamente, em pelo menos 90% do respetivo capital social e que simultaneamente sejam residentes em Portugal e tributadas em sede IRC, pelo que a estimativa de imposto sobre o rendimento e as retenções efetuadas por terceiros são registadas no balanço como contas a pagar e a receber dos CTT.

O imposto sobre o rendimento (Nota 30) corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período calculado de acordo com as leis fiscais vigentes à data do balanço. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos possam ser utilizados. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

R

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Tributária durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). No entanto, as únicas declarações fiscais da Empresa que podem ainda ser sujeitas a revisão são as de 2011, uma vez que as anteriores a 2010 já foram sujeitas a inspeção.

3.14. Regime do acréscimo

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

Os rendimentos e os gastos reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas que ainda não tenham sido faturados ou cuja fatura de aquisição ainda não tenha sido recionada são registados por contrapartida de "Devedores por acréscimos de rendimentos" ou de "Credores por acréscimos de gastos" relevados nas rubricas de balanço de "Outras contas a receber" e "Outras contas a pagar", respetivamente (Notas 11 e 20). Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de "Diferimentos" do passivo e do ativo, respetivamente (Nota 12).

3.15. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF foram utilizadas julgamentos e estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas e pressupostos são determinadas com base no melhor conhecimento existente à data de preparação das demonstrações financeiras e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das situações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras ocorrem nas seguintes áreas:

(i) Ativos fixos tangíveis e intangíveis/ estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

(ii) Imparidade do Goodwill

A Empresa testa o goodwill, pelo menos anualmente, com o objetivo de verificar se o mesmo está em imparidade, de acordo com a política referida na Nota 3.2. O cálculo dos valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa envolve julgamento e reside substancialmente na análise da Gestão baseada na experiência passada, bem como nas expectativas futuras de evolução da respetiva atividade. Na avaliação subjacente aos cálculos efetuados são utilizados pressupostos baseados na informação disponível quer do negócio, quer do enquadramento macro - económico.

(iii) Imparidade de clientes e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Empresa faz da probabilidade de recuperação dos saldos de clientes ou de outras contas a receber. Esta avaliação é efetuada em função do tempo de incumprimento, do histórico de crédito do cliente e outros devedores e da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e outros devedores. Caso as condições financeiras dos clientes se deteriore, as perdas de imparidade poderão ser superiores ao esperado.

(iv) Provisões

A Empresa exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem-sucedido. As provisões são constituídas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível. Revisões às estimativas destas perdas podem afetar os resultados futuros.

3.16. Matérias ambientais

A Empresa tem a obrigação legal de evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental decorrentes das suas atividades, podendo incorrer em dispêndios para assegurar o integral cumprimento das suas obrigações (Nota 31)

Contudo, a atividade da Empresa é de natureza essencialmente não industrial, sendo relativamente reduzida a incorporação de inputs materiais nos seus processos de prestação de serviços, sendo a sua pegada ecológica direta limitada.

Uma análise comparativa empírica permite estimar que o peso dos impactes ambientais da atividade da Empresa é em termos relativos, bastante inferior ao seu contributo para geração de valor no tecido económico e social nacional.

3.17. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo órgão de gestão da Empresa e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do

balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos") são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais (Nota 37).

4. FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através da qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional, nomeadamente o imposto sobre o rendimento. As atividades de investimento incluem, nomeadamente aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos e recebimentos de juros e de dividendos. As atividades de financiamento incluem os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, juros pagos e pagamentos de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a caixa e seus equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidas de descobertos bancários, detalha-se como segue:

	2013	2012
Numerário	250	250
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	677.467	876.026
Aplicações de tesouraria	6.685.000	5.850.000
Caixa e seus equivalentes (Balanço)	7.362.717	6.726.276
Descobertos bancários	-	-
Caixa e seus equivalentes (Demonstração dos fluxos de caixa)	7.362.717	6.726.276

5. PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota 1, a Empresa é integralmente detida pelos CTT SA. Consequentemente todas as empresas que fazem parte do Grupo CTT foram consideradas como partes relacionadas da Empresa, i.e., o conceito de partes

relacionadas inclui não apenas as suas próprias entidades subsidiárias e associadas mas também outras empresas subsidiárias dos CTT. As partes relacionadas também englobam os quadro-chave da Empresa.

Os quadros-chave são compostos pelo Conselho de Administração e Fiscal Único da Empresa e pelos responsáveis diretamente dependentes da Administração.

Os termos ou condições praticados entre as partes relacionadas são em regra substancialmente idênticos aos que normalmente são contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No decurso dos períodos findo em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 foram efetuadas as seguintes transações e existiam os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2013							
	Cientes e outras contas receber	Ajustamentos	Acionistas e empresas do Grupo (SDevedores)	Ajustamentos	Fornecedores e outras contas pagar	Acionistas e empresas do Grupo (SCredores)	Rendimentos	Gastos
Acionistas	421.104	-	-	-	182.678	467.661	3.918.326	1.628.449
Empresas do Grupo CTT	-	-	-	-	-	-	-	-
Associadas	719.210	(719.210)	172.511	(172.511)	-	-	7.909	52.534
Outras partes relacionadas	-	-	-	-	304.841	-	-	998.617
Membros do	-	-	-	-	-	-	-	-
Conselho Administração	-	-	-	-	-	-	-	108.186
Fiscal Único	-	-	-	-	-	-	-	15.820
Quadros-chave	-	-	-	-	-	-	-	162.137
	<u>1.140.314</u>	<u>(719.210)</u>	<u>172.511</u>	<u>(172.511)</u>	<u>287.519</u>	<u>467.661</u>	<u>3.926.235</u>	<u>2.945.535</u>

	2012							
	Cientes e outras contas receber	Ajustamentos	Acionistas e empresas do Grupo (SDevedores)	Ajustamentos	Fornecedores e outras contas pagar	Acionistas e empresas do Grupo (SCredores)	Rendimentos	Gastos
Acionistas	157.947	-	-	-	90.404	213.862	1.993.951	808.253
Empresas do Grupo CTT	-	-	-	-	-	-	-	-
Associadas	748.263	(748.263)	175.792	(175.792)	-	-	15.841	-
Outras partes relacionadas	-	-	-	-	98.276	-	-	1.207.912
Membros do	-	-	-	-	-	-	-	-
Conselho Administração	-	-	-	-	-	-	-	90.152
Fiscal Único	-	-	-	-	-	-	-	11.890
Quadros-chave	-	-	-	-	-	-	-	305.362
	<u>906.210</u>	<u>(748.263)</u>	<u>175.792</u>	<u>(175.792)</u>	<u>188.680</u>	<u>213.862</u>	<u>1.609.771</u>	<u>2.423.529</u>

R.

A Empresa releva os empréstimos concedidos a empresas do Grupo e os empréstimos obtidos de empresas do Grupo nas rubricas de "Acionistas/ sócios e empresas do Grupo".

Os gastos com os membros do Conselho de Administração, Fiscal Único e Quadros-chave correspondem à totalidade das suas remunerações no período indicado.

Em 2013 está reconhecida em perdas por imparidade a totalidade da dívida da PayShop Moçambique, com a extensão de 172.511 Euros (175.792 Euros em 2012) referentes a empréstimos, 56.167 Euros relativos a faturação a clientes e 663.043 Euros da cessão da dívida feita pela CTT-GEST.

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo CTT, dos principais saldos devedores e credores era como segue:

2013							
Cientes	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (€)	Outras contas a receber	Ajustamentos por imparidade	Total de contas a receber (valor líquido)	Fornecedores e outras contas pagar	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (€)	Total de contas a pagar
Acionistas							
CTT - Correios de Portugal, SA	421.104	-	-	421.104	182.678	467.661	650.339
Associadas							
Payshop Moçambique, SARL	56.167	172.511	(663.043)	-	-	-	-
Outras partes relacionadas							
CTT-Gest, SA	-	-	-	-	96.747	-	96.747
CTTExpresso, SA	-	-	-	-	7.631	-	7.631
Maltrec Comunicação, SA	-	-	-	-	403	-	403
EAD	-	-	-	-	60	-	60
	<u>477.271</u>	<u>172.511</u>	<u>(663.043)</u>	<u>421.104</u>	<u>287.519</u>	<u>467.661</u>	<u>755.180</u>

2012							
Cientes	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (€)	Outras contas a receber	Ajustamentos por imparidade	Total de contas a receber (valor líquido)	Fornecedores e outras contas pagar	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (€)	Total de contas a pagar
Acionistas							
CTT - Correios de Portugal, SA	157.947	-	-	157.947	90.404	213.042	304.266
Associadas							
Payshop Moçambique, SARL	56.301	175.792	(609.742)	-	-	-	-
Outras partes relacionadas							
CTT-Gest, SA	-	-	-	-	89.366	-	89.366
CTTExpresso, SA	-	-	-	-	8.394	-	8.394
Maltrec Comunicação, SA	-	-	-	-	436	-	436
EAD	-	-	-	-	76	-	76
	<u>214.448</u>	<u>175.792</u>	<u>(609.742)</u>	<u>157.947</u>	<u>188.600</u>	<u>213.042</u>	<u>402.242</u>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo CTT, das principais transações era como segue:

	2013			
	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas
Acionistas				
CTT- Correios de Portugal, SA	3.645.012	173.315	1.628.440	-
Associadas				
Payshop Mocambique, SARL	-	7.909	-	32.334
Outras partes relacionadas				
CTT-Gest, SA	-	-	908.355	-
CTTExpresso, SA	-	-	84.374	-
Mailtec Comunicação, SA	-	-	4.278	-
EAD	-	-	1.610	-
	<u>3.645.012</u>	<u>181.224</u>	<u>2.627.057</u>	<u>32.334</u>

	2012			
	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas
Acionistas				
CTT- Correios de Portugal, SA	1.411.514	182.417	808.253	-
Associadas				
Payshop Mocambique, SARL	-	15.841	-	208.742
Outras partes relacionadas				
CTT-Gest, SA	-	-	900.991	-
CTTExpresso, SA	-	-	91.511	-
Mailtec Comunicação, SA	-	-	5.047	-
EAD	-	-	1.621	-
	<u>1.411.514</u>	<u>198.257</u>	<u>1.807.423</u>	<u>208.742</u>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo CTT, dos principais fluxos de caixa era como segue:

f

Handwritten initials and signature

	2013				
	Pagamentos			Recebimentos	
	Atividades operacionais	Atividades financiamento	Total pagamentos	Atividades operacionais	Total recebimentos
Acionistas					
CTT- Correios de Portugal, SA	2.023.967	4.916.327	6.940.294	4.399.824	4.399.824
Outras partes relacionadas					
CTT-Gest, SA	1.109.898	-	1.109.898	-	-
CTExpresso, SA	103.366	-	103.366	-	-
Mailtec Comunicação, SA	5.295	-	5.295	-	-
EAD	1.998	-	1.998	-	-
Tourline Express Mensajería	1.455	-	1.455	-	-
	<u>3.245.979</u>	<u>4.916.327</u>	<u>8.162.306</u>	<u>4.399.824</u>	<u>4.399.824</u>

	2012				
	Pagamentos			Recebimentos	
	Atividades operacionais	Atividades financiamento	Total pagamentos	Atividades operacionais	Total recebimentos
Acionistas					
CTT- Correios de Portugal, SA	1.174.664	5.724.866	6.899.530	1.939.147	1.939.147
Outras partes relacionadas					
CTT-Gest, SA	1.120.188	-	1.120.188	-	-
CTExpresso, SA	113.443	-	113.443	-	-
Mailtec Comunicação, SA	5.986	-	5.986	-	-
EAD	4.331	-	4.331	-	-
	<u>2.418.612</u>	<u>5.724.866</u>	<u>8.143.478</u>	<u>1.939.147</u>	<u>1.939.147</u>

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos "Ativos fixos tangíveis", bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

f.

	2013			Total
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	
Ativos fixos tangíveis				
Saldo inicial	2.298.760	132.114	68.171	2.499.045
Aquisições	212.186	-	-	212.186
Transferências e abates	-	-	-	-
Saldo final	2.510.946	132.114	68.171	2.711.231
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo inicial	1.728.640	131.861	67.896	1.928.397
Depreciações do período	231.721	197	259	232.177
Transferências e abates	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-
Saldo final	1.960.361	132.058	68.155	2.160.574
Ativos fixos tangíveis líquidos	550.585	56	16	550.657

	2012			Total
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	
Ativos fixos tangíveis				
Saldo inicial	2.142.896	132.114	172.837	2.447.847
Aquisições	51.700	-	-	51.700
Transferências e abates	104.164	-	(104.666)	(502)
Saldo final	2.298.760	132.114	68.171	2.499.045
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo inicial	1.509.707	131.188	66.642	1.707.537
Depreciações do período	218.950	655	1.254	220.859
Transferências e abates	(92)	-	-	(92)
Outras variações	75	18	-	93
Saldo final	1.728.640	131.861	67.896	1.928.397
Ativos fixos tangíveis líquidos	570.120	253	275	570.648

As depreciações do período, em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, no montante de, 232.177 Euros e 220.859 Euros, respetivamente, foram registadas na rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração dos resultados por naturezas (Nota 26).

fc

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas de Ativos Fixos tangíveis foram: aquisição de 500 terminais e de 500 scanners no valor de 144.525 Euros; aquisição de 3 servidores no valor de 53.850 Euros e 13.811 Euros em software.

7. GOODWILL

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a composição do Goodwill era a seguinte:

Entidade	Ano da aquisição	2013	2012
Empresas associadas:			
Payshop Moçambique, SARL	2008	235.946	235.946
Imparidade		(235.946)	(235.946)
		-	-

No período findo em 31 de dezembro de 2010 foi registada uma perda por imparidade no valor total do Goodwill registado à data, pelo que o valor atualmente registado nesta rubrica é zero.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não se registaram quaisquer outros movimentos em Goodwill.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, o movimento ocorrido nas principais classes de ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

fz.

	2013	
	Propriedade industrial	Total
Ativos Intangíveis		
Saldo inicial	407.859	407.859
Saldo final	407.859	407.859
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas		
Saldo inicial	334.525	334.525
Amortizações do período	40.000	40.000
Saldo final	374.525	374.525
Ativos Intangíveis líquidos	33.334	33.334

	2012	
	Propriedade industrial	Total
Ativos Intangíveis		
Saldo inicial	407.859	407.859
Saldo final	407.859	407.859
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas		
Saldo inicial	294.525	294.525
Amortizações do período	40.000	40.000
Saldo final	334.525	334.525
Ativos Intangíveis líquidos	73.334	73.334

As amortizações do período, em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, no montante de 40.000 Euros em ambos os períodos, foram registadas na rubrica "Gastos/ reversões de depreciação e de amortização" (Nota 26).

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Empresa detinha a seguinte participação financeira:

Empresa associada	Sede	Percentagem de participação	
		2013	2012
Payshop Moçambique, SARL	Av. 25 de Setembro, 1462 (Túnel) Maputo - Moçambique	35%	35%

No âmbito da aplicação do método da equivalência patrimonial, o investimento efetuado na PayShop Moçambique, SARL, foi reduzido a zero em anos anteriores. Assim, o reconhecimento de perdas adicionais nesta associada é efetuado mediante o reconhecimento de uma provisão, na medida em que a Empresa incorre numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada (Notas 3.4, 3.10, e 18).

10. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Empresa acarretam exposição a riscos financeiros, nomeadamente: (i) riscos de crédito - risco dos seus devedores não cumprirem com as suas obrigações financeiras, (ii) riscos de mercado - fundamentalmente o das taxa de juro e o das taxas de câmbio, os quais estão associados, respetivamente, ao risco do impacto da variação das taxas de juro de mercado nos ativos e passivos financeiros e nos resultados e ao risco de flutuação do justo valor dos ativos e passivos financeiros em resultado de alterações nas taxas de câmbio e, (iii) riscos de liquidez - risco de que se venham a encontrar dificuldades para satisfazer obrigações associadas a passivos financeiros.

Por risco financeiro, entende-se justamente, a probabilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando de forma material e inesperada o valor patrimonial da Empresa.

A gestão do risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro da Empresa.

Dos riscos financeiros destacam-se os riscos de crédito, os riscos de mercado, de taxa de juro e cambial, e os riscos de liquidez.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores (agentes), relacionados com a atividade operacional da Empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes e agentes da Empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados.

fe

Este risco é monitorizado numa base regular com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes e agentes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido; e analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando:

- a análise da antiguidade das contas a receber;
- o perfil de risco dos clientes e agentes;
- as condições financeiras dos clientes e agentes.

O movimento das perdas por imparidade em contas a receber encontra-se divulgado na nota 11.

Em 31 de dezembro de 2013, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro está essencialmente relacionado com os juros obtidos com a aplicação dos excedentes de tesouraria.

Os ganhos resultantes das operações financeiras são importantes, pelo que as alterações das taxas de juro têm um impacto direto na receita financeira da Empresa.

Com o propósito de reduzir o impacto do risco de taxa de juro, a Empresa acompanha numa base regular e sistemática as tendências de mercado, com vista a alavancar a relação prazo/ taxa por um lado e risco/ rentabilidade por outro.

As aplicações dos excedentes de tesouraria, beneficiaram de um rendimento financeiro de, aproximadamente, 158.229 Euros no período de 2013.

Risco cambial

A Empresa detém créditos sobre a PayShop de Moçambique expressos em dólares americanos no montante de 978.471 dólares. Não existe risco cambial uma vez que estes créditos estão cobertos integralmente por perdas de imparidade.

fe

Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os fluxos de caixa obtidos de operações de desinvestimento, de linhas de crédito e de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos e a remuneração do acionista. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas operações e nas disponibilidades de caixa, a Empresa entende que tem capacidade para cumprir as suas obrigações.

As principais obrigações contratuais da Empresa são as relacionadas com as locações operacionais e outros compromissos financeiros não contingentes.

Em 31 de dezembro de 2013 as obrigações relacionadas com locações operacionais eram as seguintes:

	2013	
	Até 1 ano	Total
Obrigações com locações operacionais	22.141	22.141
Total de obrigações contratuais	22.141	22.141

11. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, as rubricas "Clientes" e "Outras contas a receber" apresentavam a seguinte composição:

	2013			2012		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida
Clientes						
Correntes	1939 916	(107 926)	1831990	1368 034	(109 829)	1278 105
Não correntes	-	-	-	-	-	-
	1939 916	(107 926)	1831990	1368 034	(109 829)	1278 105
Outras contas a receber						
Correntes	144 482	(1052 352)	92 00	127 747	(1088 743)	41003
Não correntes	-	-	-	-	-	-
	144 482	(1052 352)	92 00	127 747	(1088 743)	41003
	3084 398	(1 160 278)	1924 120	2565 781	(1 198 572)	1367 108

Fz.

Cientes

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a antiguidade do saldo do item "Clientes" é detalhada conforme se segue:

	2013			2012		
	Empresas do Grupo	Outros clientes	Total	Empresas do Grupo	Outros clientes	Total
Cientes						
Saldo não vencido	421.104	673.826	1.295.030	67.947	1.078.827	1.234.774
Saldo vencido						
0-30 dias	-	28.728	28.728	-	-	-
30-90 dias	-	410.238	410.238	-	43.821	43.821
90-180 dias	-	-	-	-	-	-
180-360 dias	-	-	-	20.943	-	20.943
> 360 dias	-	107.924	107.924	37.568	60.937	88.495
	<u>421.104</u>	<u>1.588.812</u>	<u>1.939.916</u>	<u>216.448</u>	<u>1.171.586</u>	<u>1.388.034</u>

Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de "Outras contas a receber" apresentava o seguinte detalhe:

	2013	2012
Corrente		
Payshop Moçambique	663.043	689.762
Agentes contas a receber	415.893	396.981
Outros	65.546	41.004
	<u>1.144.482</u>	<u>1.127.747</u>

Imparidade em clientes, outras contas a receber e Acionistas /Sócios

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, o movimento ocorrido em "Perdas por imparidade acumuladas" (Nota 13) foi como segue:

F.

	2013				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Transferências/ Utilizações	Saldo final
Clientes	109.929	-	(2.003)	-	107.926
Outras contas a receber	1.086.743	53.300	(73.147)	(14.544)	1.052.352
Associadas	175.792	-	(3.281)	-	172.511
	<u>1.372.464</u>	<u>53.300</u>	<u>(78.431)</u>	<u>(14.544)</u>	<u>1.332.789</u>

	2012				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Transferências/ Utilizações	Saldo final
Clientes	52.515	58.440	(1.026)	-	109.929
Outras contas a receber	1.030.968	126.051	(57.404)	(12.872)	1.086.743
Associadas	177.286	-	(1.494)	-	175.792
	<u>1.260.769</u>	<u>184.491</u>	<u>(59.923)</u>	<u>(12.872)</u>	<u>1.372.464</u>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, foram registadas perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) em dívidas a receber no montante de 25.131 Euros favoráveis e 124.568 Euros desfavoráveis, respetivamente, na rubrica de "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) da Demonstração de resultados por naturezas.

O valor de 25.131 Euros favoráveis refere-se aos seguintes movimentos de ajustamentos reconhecidos em 2013:

- 53.300 Euros de reforço da dívida de agentes PayShop (valor líquido).
- 78.431 Euros de recuperação de dívida de agentes PayShop e atualização cambial de dívidas da PayShop Moçambique (valor líquido).

12. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a rubrica "Diferimentos" do ativo corrente apresentava a seguinte composição:

B.

Diferimentos ativos (Gastos a reconhecer)
Correntes
Outros (Seguros, etc.)

	2013	2012
	17.689	5.601
	<u>17.689</u>	<u>5.601</u>

13. PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de imparidades acumuladas:

	2013				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Transferências/ Utilizações	
Goodwill (Nota 7)	235.946	-	-	-	235.946
Associadas (Nota 11)	175.792	-	(3.281)	-	172.511
Cientes e outras contas receber (Nota 11)	1.196.672	53.300	(75.150)	(14.544)	1.160.278
	<u>1.608.410</u>	<u>53.300</u>	<u>(78.431)</u>	<u>(14.544)</u>	<u>1.568.735</u>

	2012				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Transferências/ Utilizações	
Goodwill (Nota 7)	235.946	-	-	-	235.946
Associadas (Nota 11)	177.286	-	(1.494)	-	175.792
Cientes e outras contas receber (Nota 11)	1.083.483	184.491	(58.430)	(12.872)	1.196.672
	<u>1.496.715</u>	<u>184.491</u>	<u>(59.923)</u>	<u>(12.872)</u>	<u>1.608.410</u>

O reforço da imparidade da rubrica "Clientes e outras contas a receber" efetuado em 2013 no montante de 53.300 Euros, diz respeito a Agentes com valores por regularizar.

Dos 75.150 Euros registados em reversões na rubrica de "Clientes e outras contas a receber", 46.427 Euros dizem respeito a regularizações de Agentes e os restantes a reversões ocorridas por atualizações cambiais nas dívidas da PayShop Moçambique.

R.

A imparidade da rubrica "Associadas" refere-se à totalidade dos empréstimos concedidos à PayShop Moçambique, tendo sido sujeita a atualização cambial em 2013.

14. CAPITAL E PRÉMIOS DE EMISSÃO

Capital

Em 31 de dezembro de 2013 o capital da Empresa era composto por 300.000 ações com o valor nominal de 5 Euros cada, sendo detido na totalidade pelos CTT e encontra-se totalmente realizado.

15. RESERVAS E OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de "Reservas legais" apresentava o seguinte detalhe:

RESERVA LEGAL	2013	2012
Saldo inicial	300.000	300.000
Saldo final	300.000	300.000

Resultados transitados

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de "Resultados transitados":

R

RESULTADOS TRANSITADOS

	2013	2012
Saldo inicial	-	428.986
Aplicação do resultado do período anterior	4.916.327	-
Outras variações (distribuição ao acionista)	(4.916.327)	(428.986)
Saldo final	-	-

16. DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral realizada em 6 de Maio de 2013, foi aprovada a distribuição de um dividendo por ação de 16,39 Euros referente ao período de 2012, tendo sido pago o dividendo total de 4.916.327 Euros no mês de Junho de 2013, relativo à totalidade do resultado líquido de 2012.

Na Assembleia Geral realizada em 11 de Maio de 2012, foi aprovada a distribuição de um dividendo por ação de 19,08 Euros referente ao período de 2011, tendo sido pago o dividendo total de 5.724.866 Euros no mês de Junho de 2012, relativo ao resultado líquido de 2011 no montante de 5.295.880 Euros e aos resultados transitados no montante de 428.986 Euros.

17. RESULTADOS POR AÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, os resultados por ação foram calculados como segue:

	2013	2012
Resultado líquido do período	5.671.966	4.916.327
Nº médio de ações ordinárias	300.000	300.000
Resultado líquido por ação	18,91	16,39

18. PROVISÕES, GARANTIAS PRESTADAS, PASSIVOS CONTINGENTES E
EMPROMISSOS

Provisões

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, as "Provisões" constituídas pela Empresa tiveram o seguinte movimento:

	2013			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Provisões não correntes				
Dívidas Payshop Moçambique	173.131	-	-	173.131
Participações financeiras	220.815	-	(6.976)	213.839
	<u>393.946</u>	<u>-</u>	<u>(6.976)</u>	<u>386.970</u>

	2012			
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Provisões não correntes				
Dívidas Payshop Moçambique	-	173.131	-	173.131
Participações financeiras	222.205	14.451	(15.841)	220.815
	<u>222.205</u>	<u>187.581</u>	<u>(15.841)</u>	<u>393.946</u>

As reversões respeitam a anulações por as quantias provisionadas se revelarem desnecessárias.

A provisão para participações financeiras corresponde à assunção pela Empresa de obrigações legais ou construtivas relativas à associada PayShop Moçambique.

O valor de 6.976 Euros corresponde à atualização do câmbio dos capitais próprios negativos à data da aquisição da participação na PayShop Moçambique.

Passivos contingentes e compromissos

De acordo com a nossa análise, existem alguns potenciais riscos associados à atividade e procedimentos implementados pela empresa entre 2010 e janeiro de 2013. É nosso entendimento que o risco associado a estas contingências não é provável, pelo que a empresa não procedeu ao registo de qualquer provisão.

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Empresa tinha assumido compromissos por garantias prestadas a terceiros para cobertura de concursos promocionais no montante de 64.000 Euros.

O detalhe das garantias prestadas era como segue:

Descrição	2013	2012
Garantias bancárias solicitadas pela empresa a favor de terceiros:		
TIP - Transportes Intemodais do Porto, ACE	50.000	50.000
Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna	14.000	14.000
	<u>64.000</u>	<u>64.000</u>

No período findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa não assumiu outros compromissos além dos que se encontram relevadas nas presentes demonstrações financeiras.

19. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a Empresa mantinha responsabilidades de médio e longo prazo em contratos de locação operacional, com cláusula de penalização em caso de cancelamento. O montante total dos pagamentos futuros respeitante a locações operacionais é o seguinte:

	2013	2012
Até 1 ano	22.141	58.984
Entre 1 ano e 5 anos	-	11.886
	<u>22.141</u>	<u>70.871</u>

Nos períodos findos a 31 de dezembro de 2013 e a 31 de dezembro de 2012, os gastos incorridos com contratos de locação operacional foram de 41.147 Euros e 37.343 Euros, respetivamente, e encontram-se reconhecidos em "Rendas e alugueres" na rubrica "Fornecimentos e serviços externos" da Demonstração dos resultados por natureza (Nota 24).

f.

20. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, as rubricas "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" apresentavam a seguinte composição:

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a antiguidade do saldo da rubrica de "Fornecedores" era conforme se segue:

	2013			2012		
	Empresas do Grupo	Outros fornecedores	Total	Empresas do Grupo	Outros fornecedores	Total
Fornecedores, conta corrente:						
Não vencido	287.518	128.588	416.106	188.680	436.552	625.233
0-30 dias	-	-	-	-	24.292	24.292
30-90 dias	-	769	769	-	-	-
90-180 dias	-	-	-	-	-	-
180-360 dias	-	-	-	-	-	-
> 360 dias	-	1.052	1.052	-	8.034	8.034
	<u>287.518</u>	<u>130.409</u>	<u>417.927</u>	<u>188.680</u>	<u>468.879</u>	<u>657.559</u>

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, o detalhe da rubrica "Outras contas a pagar" era conforme segue:

	2013	2012
Corrente		
Fornecedores de investimento	-	9.779
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	83.992	92.981
Campanhas incentivo p/agentes	250.023	249.291
Comissões de Agentes	426.944	-
Outros	12.100	21.165
Outros credores		
Outros	4.862	43.868
	<u>777.921</u>	<u>417.084</u>

O valor de 250.023 Euros refere-se aos pontos vencidos e ainda não utilizados pelos agentes no âmbito do "Prémio Club P", programa de incentivo às vendas pelos agentes da rede PayShop.



O acréscimo verificado na rubrica Comissões de Agentes no valor de 426.944 Euros resulta do desfasamento temporal entre o reconhecimento do gasto e a receção das faturas dos Agentes, sendo consequência direta do fim do processo de autofacturação que ocorreu durante o ano de 2013.

21. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

Passivo corrente	2013	2012
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	18.419	17.025
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	11.882	7.741
Imposto sobre o valor acrescentado	317.760	253.957
Contribuições para a Segurança Social	17.246	16.703
	<u>365.307</u>	<u>295.426</u>

O passivo corrente relativo ao imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (Nota 30) que se encontra refletido na rubrica de "Acionistas/sócios e empresas do Grupo", uma vez que a Empresa está abrangida pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (nota 3.13), foi apurado como segue:

	2013	2012
Estimativa de imposto (Nota 30)	2.275.929	2.061.398
Pagamentos por conta	(1.775.448)	(1.784.139)
Retenção na Fonte	(32.819)	(63.398)
	<u>467.661</u>	<u>213.862</u>

22. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, as categorias significativas do réditto da Empresa eram as seguintes:

	2013	2012
Prestação de serviços	16.091.894	14.805.658
	<u>16.091.894</u>	<u>14.805.658</u>

23. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a composição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" era conforme se segue:

	2013	2012
Juros obtidos	158.229	275.331
Rendimentos suplementares	173.315	186.357
Diferenças de câmbio favoráveis de ativos e passivos diferentes de financiamento	7.909	15.841
Outros	4.640	4.427
	<u>344.093</u>	<u>481.956</u>

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" tinha a seguinte composição:

	2013	2012
Serviços especializados		
Comissões	4.030.101	3.486.543
Pessoal cedido	171.235	178.739
Publicidade	383.494	407.049
Call center	162.424	162.424
Data center	134.755	134.755
Conservação e reparação	16.377	16.205
Outros serviços especializados	154.574	47.409
Materiais	103.243	107.433
Energia e fluidos	32.180	37.870
Deslocações	4.899	5.941
Serviços diversos		
Rendas e alugueres		
Aluguer operacional (Nota 19)	41.147	37.343
Outras rendas e alugueres	73.789	65.355
Comunicação	660.936	749.510
Royalties	908.355	886.055
Outros serviços	296.782	300.375
	<u>7.174.289</u>	<u>6.623.005</u>

fz.

25: GASTOS COM PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de "Gastos com o pessoal" tinha a seguinte composição:

	2013	2012
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 5)	15.820	11.850
Remunerações do pessoal	688.946	677.147
Indemnizações	21.000	40.000
Encargos sobre remunerações	155.020	152.620
Seguros de acidente trabalho e doenças profissionais	14.769	1.184
Gastos de acção social (seguros de saúde e higiene no trabalho)	9.247	11.625
	<u>904.802</u>	<u>894.427</u>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração era composto por 3 elementos pertencentes aos quadros de outras Empresas do Grupo, conforme consta do Relatório do Governo da Sociedade anexo ao Relatório e Contas.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, o nº médio de pessoal ao serviço da Empresa era, respetivamente, de 30 e 32.

Remunerações dos órgãos sociais

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, as remunerações fixas atribuídas aos órgãos sociais da Empresa, foram as seguintes:

	2013	2012
Conselho Fiscal/Fiscal Único		
Remunerações fixas	15.820	11.850
	<u>15.820</u>	<u>11.850</u>

Os gastos com as remunerações do Conselho de Administração estão refletidos em "Fornecimento e serviços externos", em virtude dos mesmos não pertencerem aos quadros da PayShop, mas sim da empresa CTT, a qual debita os seus honorários.

26. DEPRECIACÕES/ AMORTIZAÇÕES E IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, o detalhe das “Gastos/ reversões de depreciação e de amortização” era o seguinte:

Depreciações e amortizações

	2013	2012
Ativos fixos tangíveis		
Depreciações (Nota 6)	232.177	220.859
Ativos intangíveis		
Amortizações (Nota 8)	40.000	40.000
	<u>272.177</u>	<u>260.859</u>

27. OUTROS GASTOS E PERDAS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” era conforme segue:

	2013	2012
Serviços bancários	125.032	180.284
Impostos e taxas	3.432	15.705
Diferenças de câmbio desfavoráveis	32.937	14.669
Outros gastos e perdas	49	8.281
Dívidas incobráveis	27	86
	<u>161.477</u>	<u>219.025</u>

28. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Juros e gastos similares suportados” encontrava-se detalhada como se segue:

	2013	2012
Juros suportados		
Financiamentos bancários	-	174
Outros gastos de financiamento	479	250
	<u>479</u>	<u>424</u>

f.

29. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a Empresa reconheceu as seguintes diferenças de câmbio:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Atividades de investimento		
Outros gastos e perdas (Nota 27)	32.937	14.669
	<u>32.937</u>	<u>14.669</u>
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Diferenças de câmbio favoráveis		
Atividades de investimento		
Outros rendimentos e ganhos (Nota 23)	7.909	15.841
	<u>7.909</u>	<u>15.841</u>

As diferenças de câmbio reconhecidas referem-se a operações com a PayShop Moçambique.

30. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa normal de 25%, sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama estadual de 3% do excedente do lucro tributável em 1.500.000 Euros, e 5% do excedente do lucro tributável acima de 7.500.000 Euros.

Reconciliação da taxa de imposto

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a reconciliação entre o montante resultante da aplicação da taxa nominal de imposto ao resultado antes de impostos e o gasto com imposto sobre o rendimento foi como segue:



Resultado antes de impostos

Taxa nominal de imposto

Imposto esperado

	2013	2012
A	<u>7.947.894</u>	<u>6.977.725</u>
	25,0%	25,0%
	<u>1.986.974</u>	<u>1.744.431</u>

Diferenças permanentes

Benefícios fiscais

Acertos Payshop Moçambique

Perdas por imparar. n/fiscalmente dedutíveis

Provisões n/fiscalmente dedutíveis

Outras situações, líquidas

Total de acertos

Lucro tributável

Colecta

Ajustamentos à colecta - Tributação Autónoma

Ajustamentos à colecta - Derrama Municipal

Ajustamentos à colecta - Derrama Estadual

Ajustamentos à colecta - Crédito fiscal ao Investimento

Impostos sobre o rendimento do período

Taxa efetiva de imposto

	(52.961)	(42.748)
	(39.310)	(1.390)
	330	23.363
	-	173.130
	27	5.115
B	<u>(91.914)</u>	<u>157.470</u>
A+B	<u>7.855.980</u>	<u>7.135.196</u>
	1.963.995	1.783.799
	1.545	1.516
	117.840	107.028
	197.799	169.056
	(5.250)	-
	<u>2.275.929</u>	<u>2.061.398</u>
	28,64%	29,54%

Impostos sobre o rendimento do período

Imposto corrente

	2.275.929	2.061.398
	<u>2.275.929</u>	<u>2.061.398</u>

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. As únicas declarações fiscais da Empresa que podem ser sujeitas a revisão são as de 2011, uma vez que as anteriores àquela data já foram sujeitas a inspeção tributária.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

31. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

A Empresa subscreveu um seguro de responsabilidade civil destinado a assegurar a cobertura de responsabilidades ambientais decorrentes da transposição para o ordenamento jurídico português, através do Decreto-Lei n.º14/2008 de 29 de Julho, da Diretiva relativa à responsabilidade administrativa pela prevenção e reparação de danos ambientais, nomeadamente, (i) danos causados às espécies e habitats naturais protegidos, (ii) danos causados à água e contaminação do solo através de poluição que criem um risco significativo à saúde humana.

32. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

No seguimento do Acórdão n.º 187/2013 em que foram consideradas inconstitucionais as suspensões do subsídio de férias previstos nos art.º 29º e 77º da Lei do Orçamento de Estado para 2013, a PayShop decidiu reconhecer nas contas do presente exercício económico a respetiva responsabilidade estimada em cerca de 43 mil Euros.

Autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa e autorizadas para emissão em 28 de fevereiro de 2014. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2013 a atividade da PAYSHOP (Portugal), SA, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da PAYSHOP (Portugal), SA e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, propomos:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo da PAYSHOP (Portugal), SA, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

Lisboa, 10 de março de 2014

O FISCAL ÚNICO



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da PAYSHOP (Portugal), SA (adiante também designada por Empresa), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 9 888 517 euros e um total de capital próprio de 7 472 731 euros, incluindo um resultado líquido de 5 671 966 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da PAYSHOP (Portugal), SA, em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 10 de março de 2014



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC

CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras da **Payshop (Portugal), S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 9.888.517 euros e um total de capital próprio de 7.472.730 euros, incluindo um resultado líquido de 5.671.966 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

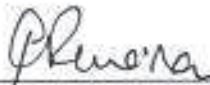
Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Payshop (Portugal), S.A.** em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 21 de Março de 2014



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Maria Cristina Santos Ferreira (ROC n.º 1010)